



Câmara Municipal de Bicas

Secretaria Legislativa

Requerimento nº 74/2024

REQUERIMENTO Nº 74/2024

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bicas:

O vereador que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do Art. 164, VII, do Regimento Interno, apresentar a seguinte denúncia de possíveis irregularidades na administração do Hospital São José de Bicas (HSJB), as quais elenco aqui:

1. Operações particulares lançadas inadequadamente como SUS.
2. Captação de pacientes de outras cidades com endereço falso.
3. Cirurgias pagas pelo Ciesp lançadas no SUS.
4. Uso político de cirurgias com informações falsas:
5. Desvio de verbas para combate à COVID-19:
6. Pagamento de rescisões trabalhistas acima do estabelecido por Lei.

Sala das sessões da Câmara, em 27 de maio de 2024.



Câmara Municipal de Bicas
Secretaria Legislativa
Requerimento nº 74/2024

Luiz Fernando Passos de Souza
Vereador

Justificação: Por meio desta, venho denunciar possíveis irregularidades na administração do Hospital São José de Bicas (HSJB). As denúncias que apresento são extremamente preocupantes e exigem uma investigação rigorosa para garantir a transparência, a ética e o correto uso dos recursos públicos.

1. Operações particulares lançadas no SUS:

Existem indícios de que procedimentos cirúrgicos particulares estão sendo lançados como atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desviando recursos públicos.

Além disso, existem indícios de cirurgias que são pagas por prefeituras, como a de Pequeri/MG que trago em anexo, que são feitas pela metade, com o procedimento particular e a remoção de cateter lançada pelo SUS.

2. Captação de pacientes de outras cidades com endereço falso:



Câmara Municipal de Bicas

Secretaria Legislativa

Requerimento nº 74/2024

Pacientes de outras cidades, especialmente do estado do Rio de Janeiro, estão sendo captados para cirurgias no HSJB utilizando o endereço falso do sogro do provedor e pai do diretor clínico e vice-provedor da entidade.

3. Cirurgias pagas pelo Ciesp lançadas no SUS:

Procedimentos pagos através do Consórcio Intermunicipal de Especialidades (Ciesp) e custeados pelo município estão sendo indevidamente lançados no SUS.

4. Uso político de cirurgias com informações falsas:

Relatos de uso político de cirurgias, onde é dito às famílias que as operações foram realizadas gratuitamente, como uma boa ação do cirurgião, quando na verdade foram pagas pelo Ciesp ou pelo SUS ou mesmo por ambos.

5. Desvio de verbas para combate à COVID-19:

Suspeitas apontam para o desvio de verbas destinadas ao combate à COVID-19, com valores estimados entre 400 e 600 mil reais, (Resolução 7130/7154 de 2020) tendo em vista o relatório apontar diversos RPAs e até a prestação de contas



Câmara Municipal de Bicas
Secretaria Legislativa
Requerimento nº 74/2024



responsabilidades, identificar os envolvidos e adotar as medidas legais cabíveis.

Considerando que o cirurgião é diretor clínico do HSJB, o que torna a situação ainda mais grave, é essencial que esta denúncia seja investigada de forma imparcial e eficaz.

As irregularidades relatadas sugerem a possibilidade de crimes contra a administração pública, desvio de recursos e favorecimento pessoal, o que exige uma resposta firme por parte das autoridades competentes.

Por fim, solicito que esta denúncia seja encaminhada às autoridades competentes para as devidas providências e que uma investigação seja iniciada o mais rápido possível.

Atenciosamente,



Câmara Municipal de Bicas

Secretaria Legislativa

Requerimento nº 74/2024

de um valor pela proposta e não pelo efetivamente pago.

6. Pagamento de rescisões trabalhistas acima do estabelecido por Lei:

Pagamentos realizados em valores superiores aos estipulados pela legislação vigente para beneficiar o cunhado do provedor e ex-vice prefeito. Os valores da rescisão não são compatíveis com o que se deveria acontecer numa rescisão normal, apresentando inclusive uma multa contratual de quase 30 mil reais, sendo que o vínculo do vice-prefeito era celetista, como consta no CNES.

Diante da gravidade das denúncias apresentadas, a abertura de uma CPI é necessária para garantir a transparência, a ética e o bom uso dos recursos públicos. As irregularidades relatadas sugerem a possibilidade de crimes contra a administração pública, desvio de recursos e favorecimento pessoal, que devem ser rigorosamente investigados.

Assim, requer-se a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as referidas denúncias, com a finalidade de apurar